

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
SARA MARQUES DE AZEVEDO

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
MATRICIALIDADE FAMILIAR E VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E
ADOLESCENTE**

Santos

2014

SARA MARQUES DE AZEVEDO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
MATRICIALIDADE FAMILIAR E VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E
ADOLESCENTE**

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Liduina de Oliveira e Silva.

Santos

2014

A994a

Política de assistência social: matricialidade familiar e violência contra criança e adolescente / Sara Marques de Azevedo; Orientador: Profa. Dra. Maria Liduina de Oliveira e Silva. – Santos, 2014.
52 f. ; 30 cm.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal de São Paulo - campus Baixada Santista, Curso de Serviço Social, 2014.

1. Criança e adolescente. 2. Violência familiar. 3. Política nacional de assistência social. I. Silva, Maria Liduina Oliveira, Orientador. II. Título.

CDD 361

SARA MARQUES DE AZEVEDO

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
MATRICIALIDADE FAMILIAR E VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E
ADOLESCENTE**

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título De Bacharel em Serviço Social, sob a orientação do Prof^a.Dr^a. Maria Liduina de Oliveira e Silva.

Aprovação em: ____/____/____

EXAMINADORES:

Prof^a. Dr^a. Maria Liduina de Oliveira e Silva

Universidade Federal de São Paulo

Cimere Cristina Alves Pires

Assistente Social

AGRADECIMENTOS

Agradeço, acima de tudo, a Deus por ter me dado forças para chegar até aqui. Essa fé que me move jamais será abalada.

Agradeço a meu pai, Juliano, por ter me apoiado e estimulado a encarar os desafios de cursar a universidade longe da minha família, dando suporte material e emocional para isso. Agradeço por ser meu ícone de resistência, arcando com todos os pesares do mundo do trabalho, especialmente aqueles impostos a um mantenedor de família, sempre se esforçando para estudar e se qualificar. Meu orgulho e admiração por você são inenarráveis.

Agradeço a minha mãe, Marta - grande exemplo de mãe e ser humano; amorosa, bondosa e sensível - por sempre ter palavras de amor e encorajamento.

Agradeço por sua preocupação e carinho, inclusive ao fazer suas deliciosas iguarias que me ajudaram a ficar fisicamente fortalecida. Agradeço por ter dedicado sua vida a mim e meus irmãos. Suas abdicações e escolhas nos tornaram pessoas vitoriosas.

Agradeço a meus irmãos Juliano e Gustavo por sempre me fazer rir e, suportarem meu nervosismo diante de muitas tarefas.

Agradeço a meu noivo, amigo e companheiro, Leonardo, por ser tão amável, tendo sido compreensivo e bom ouvinte em diversos momentos. Agradeço muito por me motivar para a conclusão deste trabalho. Minha gratidão, amor e carinho são infindáveis.

Agradeço a minha avó por ter cedido sua casa para que eu morasse durante os dois primeiros anos de faculdade.

Agradeço a minha orientadora Liduína por ser compreensiva, paciente e suave. Agradeço por ter contribuído grandemente com sua trajetória, militância e conhecimentos teóricos. Deixo registrada minha admiração por sua trajetória profissional e qualidades pessoais.

Agradeço a meus colegas de estudo, estágio e trabalho por contribuírem em reflexões necessárias. Agradeço aos meus professores e supervisores de estágio por terem contribuído, até mesmo com o rigor, deixando marcas positivas no meu processo de formação acadêmica. Gratidão a todos!

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família - base e motivação para a realização de todos os meus sonhos.

À minha tia Janice (em memória), segunda mãe, hoje não mais presente na terra, mas, permanente em nossas lembranças. Exemplo de mulher guerreira, estudiosa e dedicada. Professora universitária e pesquisadora talentosa. Sei que estaria muito orgulhosa com a minha formação profissional.

*Não me esquecerei jamais da frase que tanto repetira: “podem
lhe retirar tudo na vida, menos seu conhecimento”.*

*Dedico especialmente aos meus pais que com seu carinho,
amor, paciência e sabedoria, se esforçaram tanto ou mais
quanto puderam para me proporcionar alimento, saúde e
educação. Sobretudo, me supriram com seu amor
incondicional.*

*Que minhas vitórias sejam o reconhecimento de tudo o que se
dedicaram a mim.*

*O valor de um amor não se pode comprar
Onde estará a fonte que esconde a vida
Raio de sol nascente brotando a semente*

*Os anos passam sem parar
E não vemos uma solução
Só vemos promessas de um futuro que não passa
de ilusão
E a esperança do povo vem da humildade de seus
corações,
Que jogam suas vidas e seu destino nas garras de
famintos leões*

*Deixa o menino jogar ô iaiá
Deixa o menino jogar ô iaiá
Deixa o menino aprender ô iaiá
Que a saúde do povo daqui
É o medo dos homens de lá
Sabedoria do povo daqui
É o medo dos homens de lá
A consciência do povo daqui
É o medo dos homens de lá*

O valor de um amor não se pode comprar

*Onde estará a fonte que esconde a vida
Raio de sol nascente brotando a semente
Sinhá me diz porque é que o menino chorou
Quando chegou em casa e num canto escuro
encontrou
A sua princesa e o moleque fruto desse amor
Chorando de fome sem saber quem os escravizou*

*Deixa o menino jogar ô iaiá
Deixa o menino jogar ô iaiá
Deixa o menino aprender ô iaiá
Que a saúde do povo daqui
É o medo dos homens de lá
A consciência do povo daqui
É o medo dos homens de lá
Sabedoria dos povo daqui
É o medo dos homens de lá*

(Natiruts – Deixa o menino jogar)

RESUMO

A violência contra criança e adolescente é tema recorrente na mídia da atualidade. Ganham ainda mais destaque as violências ocorridas no espaço da família, sendo que comumente se identifica esse como um espaço de cuidado e proteção. Nessa perspectiva é importante que as políticas sociais sejam desenvolvidas com a estrutura necessária para que as vítimas da violência familiar sejam protegidas, antes que acabe com consequências de maior gravidade. A política de Assistência Social pauta a família como centro para suas ações e programas. Entende-se que essa compreensão é fundamental, mas não pode estar imbuída de uma ideologização de família que não corresponde à realidade de todos os sujeitos. A partir da análise dos documentos da política de assistência social, pretende-se refletir como a política destaca o tema da violência familiar contra criança e adolescente, visualizando quais as relações existentes entre a Política de Assistência Social, que visa amenizar a vitimação dos sujeitos que compõem a classe trabalhadora e; como as relações de vitimização presentes nesse espaço familiar estão sendo abarcadas por essa política. Busca-se compreender, a luz da teoria, qual a compreensão que a política coloca para família.

Palavras chave: política de assistência social - violência intrafamiliar - criança e adolescente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I - Histórico da atenção à criança e adolescente	
1.1. <i>Ações e políticas voltadas à criança e adolescente a partir do séc. XIX.....</i>	<i>12</i>
1.2 <i>Criança, adolescente e legislação: As conquistas dos direitos nos tempos atuais.....</i>	<i>18</i>
CAPÍTULO II - Criança e adolescente, relações de poder e a violência Intrafamiliar	
2.1 <i>Relações de poder e família – A criança dominada.....</i>	<i>24</i>
2.2. <i>Violência intrafamiliar– A realidade gritante exposta na mídia brasileira.....</i>	<i>28</i>
2.3. <i>Violência contra criança e adolescente e legislações – Direitos conquistados.....</i>	<i>35</i>
CAPÍTULO III - A política de assistência social e a violência contra criança e adolescente na família	
3.1 <i>Proteção de crianças e adolescentes vitimada(o)s e vitimizada(o)s.....</i>	<i>40</i>
3.2. <i>A matricialidade sociofamiliar - Considerações sobre a centralidade da família na Política Nacional de Assistência Social.....</i>	<i>41</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	4

INTRODUÇÃO

A Assistência Social, junto com a saúde e previdência social compõem o tripé da seguridade social. A assistência como política propiciou avanços no que se diz respeito a visão de cidadania e garantia de direitos em detrimento da filantropia e caridade, com o sentido religioso, moral ou de controle dos pobres e explorados socialmente.

A política também inclui avanços no que diz respeito a atenção à família

Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que também precisa ser cuidada e protegida.” (BRASIL, 2005 p.41).

Mas, ao mesmo tempo em que reconhece a prioridade da família no que se diz respeito a proteção social, também deixa evidente que se trata de um espaço repleto de meandros e contradições.

A efetivação da política de Assistência Social, caracterizada pela complexidade e contradição que cerca as relações intrafamiliares e as relações da família com outras esferas da sociedade, especialmente o Estado, colocam desafios tanto em relação a sua proposição quanto a sua execução. (BRASIL, 2005 p.42-43).

Entender a família como a composição de vários grupos (idosos, crianças, adultos, gestantes), pode então ser importante para a compreensão das contradições existentes neste espaço onde se dão as relações de poder e dependência. Sendo assim, a visão de família ainda que em suas diferentes configurações, compreende um olhar atento para as especificidades de seus componentes.

Deve-se observar que, a família muitas vezes tem seus direitos violados e está sujeita aos conflitos característicos de uma sociedade classista, atrelada ao sistema capitalista. Mas, nesse mesmo contexto a família também reproduz os ideais do capitalismo, de hierarquia, poder e dominação podendo também se tornar agressora de seus próprios componentes.

Tais relações geram conflitos de diversos graus, que podem envolver o uso de forças, ocasionando abusos de ordem física, sexual e psicológica. É diante da gravidade desta condição, e a dificuldade de superação por si só, que a questão da violência familiar contra seus próprios membros é algo que necessita de destaque e intervenção de terceiros - neste caso, o estado.

Nesse cenário é que se intenciona observar a criança e adolescente, como sujeitos de direitos, e que não estão a “sombra” da família, destituindo a relação de dominação ali estabelecida. Portanto, pretende-se aqui reafirmar a criança e adolescente como um grupo prioritário e alvo de políticas que promovam seus direitos, na perspectiva dos direitos humanos e, não correccional ou caritativa.

Contudo, qual a atenção dispensada ao tema da violência intrafamiliar contra criança e adolescente, na política de assistência social?

Esta pesquisa tem, portanto, o objetivo de refletir e compreender qual a abordagem da violência contra criança e adolescente, presente na assistência social, analisando o suporte técnico, normativo e teórico que sustenta a prática dos profissionais que atuam nesta política social.

Nossas hipóteses sugerem que a centralidade na família acaba sendo considerada mais na perspectiva de que ela mesma poderá suprir seus membros a partir de um apoio mínimo estatal. Logo, pode não compreender aspectos que se referem a violência intrafamiliar e a violência contra criança e adolescente neste espaço.

A motivação para estudar este tema está diretamente relacionada às experiências pessoais no campo de estágio, e às recorrentes notícias veiculadas nos meios de comunicação. Foram surgindo algumas reflexões, na relação de aprendizagem no espaço acadêmico, durante o curso de serviço social, e também no campo de estágio – Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), ao analisar as demandas que sobressaíam no atendimento as diversas famílias em condição de vulnerabilidade social.

Contudo, deve-se observar que para o combate dessa realidade é de suma importância a atuação de profissionais de diversas áreas, articulados e capacitados, atuando nos mais diversos espaços ocupacionais, tendo em vista a identificação e intervenção nos casos de violência intrafamiliar vitimando crianças e adolescentes.

Durante o estágio no CRAS foi identificado que a centralidade das intervenções na política de Assistência Social estava sobre a família. Entretanto, notava-se que dentro dessa família vários conflitos eram identificados, principalmente envolvendo abandonos e relações de tensão entre adultos e crianças ou adolescentes, demonstrando que a fragilidade de vínculos familiares era uma pauta importante da atuação do profissional da assistência social.

A compreensão da centralidade da família na política de assistência social, especialmente como está colocada na PNAS faz-se importante para pensar ações no coletivo e não apenas com o sujeito. Entretanto, nota-se a contradição entre a centralidade dada ao conjunto familiar, e as necessidades dos grupos que compõem essa família. Muitas vezes os conflitos se agravavam dentro do próprio núcleo familiar.

Foi, portanto, na observação da realidade, durante o período de estágio, que surgiam dúvidas a respeito da abordagem que a política de assistência social dava àquelas situações de violência familiar contra a criança, tão frequentemente noticiadas nos meios de comunicação como jornais, revistas e televisão.

Apesar das experiências terem se dado no âmbito do serviço social, não se trata de pensar no assistente social apenas, mas deve ser observado que nos CRAS e CREAS, o assistente social atua com profissionais de diversas áreas, inclusive de nível médio, todos esses direcionados pelos mesmos documentos que provém da esfera de governo Federal. Portanto, compreender o trabalho que aí ocorre tem de estar relacionado à compreensão dos documentos que o direciona.

Enfim, ressalta-se que, para o combate da violência intrafamiliar, contra a criança e adolescente, faz-se urgente discutir, analisar e pensar se a criança e adolescente estão sendo realmente protegidos, ou, se deslocando o foco para a família, a responsabilidade de proteção a este segmento está sendo inviolavelmente uma responsabilidade da família.

CAPÍTULO I

HISTÓRICO DA ATENÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE

1.1 Ações e políticas voltadas à criança e adolescente a partir do séc. XIX

Não é possível compreender o processo das conquistas de direitos, sem antes observar a política e história nacional de atenção à criança e adolescente no Brasil, que é fundamental para a transformação do pensamento da sociedade. Logo, a compreensão desta história da atenção a criança e adolescente no Brasil, remonta aos tempos de Brasil colônia.

Durante anos a questão do abandono de crianças – as “enjeitadas” – foi desconsiderada. Nesse período as crianças eram deixadas pelos pais em portas de igrejas, casas, ou em espaços públicos. Jogadas a própria sorte, a maior parte delas morria devorada por animais, atingida por doenças, maltratadas pela fome ou vítimas de outros fatores a que estavam expostas nas ruas.

A invisibilidade das crianças era algo, que hoje pode ser considerado assustador, mas antes era considerado “natural”. Nas famílias e principalmente para o estado elas eram desconsideradas, tanto na Europa quanto em suas colônias. Exemplo disso são as altas taxas de mortalidade infantil, entretanto, não era motivo de preocupação, pois essas crianças poderiam ser substituídas por outras que logo nasceriam.

O Estado assumia pouca ou nenhuma responsabilidade diante do cuidado com as crianças, especialmente as pobres e enjeitadas. Esse “cuidado” fora transferido para as mãos das Santas Casas de Misericórdia, onde passaram a funcionar as rodas dos expostos. Essas até então eram a única medida de assistência a tais crianças. No entanto, o lugar que deveria ser para a proteção das crianças abandonadas, acabou sendo propagador de muitas moléstias, causando a morte de milhares de crianças. (FALEIROS, 2009)

Havia ainda uma distinção entre as crianças brancas e negras, legítimas ou não; meninos ou meninas. As meninas eram direcionadas as instituições religiosas para moças e depois direcionadas para o trabalho doméstico, especialmente as negras. Os meninos também eram sempre direcionados ao trabalho.

Portanto, até o séc. XIX poucas referências se têm a respeito de políticas voltadas à criança e adolescente. Em âmbito nacional e internacional a questão da infância era praticamente ignorada, e não expressava motivo de preocupação social relevante. Esse período caracteriza-se também por um setor público pouco atuante no âmbito das políticas sociais, tal responsabilidade estava entregue as entidades assistenciais de caráter religioso.

Já no séc. XIX iniciaram-se grandes transformações referentes à política nacional. O Brasil deixa de ser colônia de Portugal e começa a dar passos rumo ao chamado “progresso”. A Declaração da Independência (1822), a Proclamação da República (1889), a Abolição da Escravatura (1888), o Brasil se tornando um país mais urbanizado e sendo inserido na lógica capitalista internacional, são pontos importantes da transformação nacional que estão associados às preocupações quanto ao desenvolvimento da nação.

Somente a partir do movimento de higienização e profilaxia urbano, ocorrido no final do séc. XIX, é que a preocupação com a condição de insalubridade das Rodas dos Expostos foi modificando o modo como os enjeitados e outras crianças pobres viviam.

O movimento higienista direcionado a infância, o “higienismo infantil”, foi abraçado por médicos brasileiros no final do século XIX. A ideia era aquela mesma (...), de investir na ‘célula’ da infância, e através dela, atuar sobre a família, ensinando-lhe as noções básicas de higiene e saúde- em sentido físico e moral (RIZZINI, 2008 p.108).

Portanto, a partir de mudanças na história nacional, no séc. XIX, é que as crianças passam a ser alvo de preocupação moral, social e política, tendo como alvo o progresso e desenvolvimento do país. Assistir às crianças em situação de pobreza fazia-se necessário para que este projeto desse certo, afinal, as crianças de então representavam o futuro da crescente nação.

Nos fins do século XIX e início do século XX, diante da constatação de que havia uma grande massa de crianças abandonadas nas ruas, chega-se a uma visão de que as ações caritativas da igreja já não eram suficientes. Fazia-se necessário a intervenção do poder público, assim como era feito nos “países civilizados”.

A partir de então, a proteção à criança e adolescente foi se judicializando, com vistas a proteger a criança e a sociedade do perigo que comprometeria o futuro da nação. A intenção era retirar a criança das viciosidades e colocá-la no “caminho da ordem e do trabalho”. Assim, as ações já não tinham apenas o sentido de filantropia e caridade religiosa, mas estava associada a um ideal político de nação.

Essa preocupação com a moralização estava presente nos médicos higienistas que exerciam um forte poder social, e estava presente nas palavras dos juristas e demais intelectuais da época (RIZZINI, 2008).

As ideias das crianças como seres imaculados, muito presente nas décadas anteriores, deu lugar a políticas jurídicas assistenciais que pretendiam tornar as crianças bons trabalhadores e sujeitos que contribuíssem para o progresso.

Bourdieu, em *Questões de Sociologia*, considera que a adolescência e a juventude, como categorias sociológicas, nasceram no século XIX, como expressão da sociedade moderna, a partir do “adolescente problema”. O adolescente e o jovem eram objeto de “preocupação” das autoridades públicas, na medida em que ameaçavam a reprodução da sociedade, a continuidade da ordem social, as normas sociais, a educação, a harmonia e a paz social. Diante disso passaram a ser considerados “problemas” porque não se encaixavam nas regras sociais esperadas para suas idades, não se adaptavam a lógica hierárquica do capital sobre o trabalho, sobre a divisão social de classe, eram excluídos econômica e socialmente, além de praticar resistência e rebeldia (SILVA, 2011 p.49).

Essas mudanças que começam a ocorrer não estão imbuídas da concepção de criança como um sujeito de direitos, apenas torna esse grupo como um meio de atingir a interesses sociais e políticos.

Ao longo dessa história, as práticas chamadas de educativas, assistenciais e sociojurídicas, bem como as legislações, tem oscilado, contraditoriamente, entre a ‘compaixão/proteção’ e a ‘sanção/punição’. Essa relação aparentemente contraditória pode ser compreendida como um falso dilema, considerando que ‘compaixão e sanção’, ‘proteção e punição’ são constitutivos e imprimem uma determinada proposta de controle sociopenal (SILVA, 2011 p.69).

O primeiro marco regulatório que vai tratar sobre a questão da infância no país, é o Código Melo Matos ou Código de Menores de 1927. Essa medida estava muito relacionada ao contexto social e político da época em que, segundo Araujo e Coutinho (2008) *“A população dava um salto, passando, entre o final do século XIX e início do século XX, de 10 para 30 milhões, com os menores de 19 anos representando 51% da população”*.

No código eram abordadas as questões de higiene das instituições e locais em que se abrigavam crianças. Nota-se o quanto o higienismo estava em alta, e era o foco não apenas dos médicos, mas também de juristas da época.

Antes e depois do código cresce o número de instituições, em que são recolhidos os “menores” que cometeram infrações ou não tinham proteção familiar. As instituições voltadas a esse público, antes eram conduzidos pela disciplina religiosa, mas aos poucos, com a contribuição do pensamento de intelectuais da época, passam a ter um caráter mais “cientificista”, buscando a educação e moralização dos jovens para o mercado de trabalho.

Com o código vigente era possível mandar crianças a cumprir penas por atos infracionais, sem mesmo haver a oportunidade de defesa. Além disto, as crianças eram tratadas de forma recriminatória e consideradas como ameaças à ordem social apenas por serem pobres.

A condição de vida da população da época estava associada as questões que emanavam com o crescente capitalismo urbano industrial, que se instalava no país. Os direitos estavam voltados a proteção do homem branco. Ainda havia um contexto social de preconceito contra mulheres, crianças e negros. Mas a questão das crianças que estavam abandonadas pelas ruas das cidades foi motivo de alerta.

No Código, havia um caráter discriminatório, que associava a pobreza à "delinquência", encobrindo as reais causas das dificuldades vividas por esse público, a enorme desigualdade de renda e a falta de alternativas de vida. Essa interiorização das classes populares continha a ideia de norma, à qual todos deveriam se enquadrar. Como se os mais pobres tivessem um comportamento desviante e uma certa "tendência natural à desordem". Portanto, inaptos a conviver em sociedade. Natural que fossem condenados à segregação. Os meninos que pertenciam a esse segmento da população, considerados "carentes, infratores ou abandonados" eram, na verdade, vítimas da falta de proteção. Mas, a norma lhes impunha vigilância (SOUZA, 2004).

A criação do código de 1927 está interligada com o pensamento nacional, e também internacional. Seda (1998) resgata que entre os anos de 1919 e 1938, em outros países da América Latina, criam-se leis/códigos em que as crianças são tratadas como "menores". É importante observar que, sendo vistos assim, as crianças tornam-se portanto, apenas sujeitos a vontades de adultos, sem liberdade própria.

Em 1924 é feita a declaração de Genebra e em 1959 é feita a declaração dos direitos da criança. Essas declarações não tiveram no Brasil, um efeito de mudança significativo frente as crianças e adolescentes pois, os dois códigos voltados a infância, que foram criados antes de 1990, representam uma tentativa de encaixar crianças consideradas em situação irregular, aos moldes e padrões da sociedade e governo vigentes.

Desde a década de 1930 juízes abordavam a importância de reformas nas instituições de "assistência" ao menor. Em 1941, o governo Vargas cria o Serviço de Assistência a Menores (SAM), em que os juízes deixariam as funções que até então assumiam, na organização desses serviços, e então passariam somente a fiscalizá-los. Entretanto, ainda que a execução do atendimento a menores tenha sido separada do jurídico, permanecia subordinada ao Ministério da Justiça absorvendo muitas das propostas dos juízes.

No governo Vargas, assim como era feito anteriormente, havia contrato com as instituições privadas. Nos educandários conveniados ao SAM as crianças de famílias que possuíssem boas condições financeiras também poderiam ser abrigadas.

No entanto, especialmente a partir da década de 1950, o SAM recebe duras críticas, sendo considerado por muitos uma “fábrica de criminosos”. Apesar das tentativas de estudiosos e trabalhadores da área para que, durante o governo Vargas, esse serviço fosse modificado, propondo outras formas de gestão dos serviços com vistas a dar assistência à infância, não houve avanços significativos.

Logo no primeiro ano de Governo Militar (1964-1985) é criada a Fundação do Bem estar do menor (FUNABEM), regulamentada pela Lei Federal nº 4.513 de 01/12/1964. Por meio desta mesma lei estava extinguido o SAM, a qual a FUNABEM buscava substituir. Tinha como bases a autonomia administrativa e financeira, e o rompimento com a burocracia e corrupção característicos do SAM. (VOGEL, 2009). A FUNABEM buscava superar o legado deixado pelo SAM, ainda que sua estrutura física tenha sido herdada pelo mesmo.

A questão da infância abandonada, pobre e marginalizada é alvo da constante preocupação de governantes da época. Principalmente tendo em vista que, o êxodo rural, no contexto de industrialização nacional, foi criando uma grande massa de trabalhadores desamparados, especialmente nas metrópoles, em periferias urbanas.

Para o regime, tal condição poderia aumentar tensões, já que esses trabalhadores poderiam se tornar inimigos do Governo, cooptados pela oposição, ao passo em que a desassistência gerasse revolta e insatisfação. (VOGEL, 2009)

A mesma visão de criança, presente no código de 1927, estará presente nas leis e nos serviços de proteção até a década de 1980, pois em 1979 é criado outro código de menores, mas que não faz uma contradição ao código anterior. Crianças abandonadas, órfãs, infratoras e etc. eram consideradas em *situação irregular*.

O código de 1979 está inserido numa conjuntura política e econômica complexa, em âmbito nacional. A ideia manifesta no código não representava as ideias de uma sociedade que estava a caminho de se abrir para a democracia. Antes, atendia aos anseios dos militares que ainda estavam no poder.

O ano de 1979 foi declarado pela Unicef o *Ano Internacional da Criança*, com o intuito de alarmar os povos em relação aos problemas que as crianças enfrentavam pelo mundo inteiro. No Brasil, os problemas eram imensos.

A Lei estadual nº 985, de 26 de abril de 1976 cria, em São Paulo, a Fundação do Bem estar do menor (FEBEM), onde posteriormente milhares de crianças seriam encarceradas, tanto aqueles que eram acusados de cometer infrações, quanto aqueles que simplesmente eram vítimas das expressões da questão social: pobres, órfãos, abandonados, deficientes, etc. Era muito comum que os próprios pais

mandassem os filhos para a FEBEM por não terem condições materiais de sustentá-los.

Essas instituições, ao longo de sua história, foram várias vezes denunciadas por maus tratos, hiperlotação, falta de higiene e má alimentação, vitimando diversas crianças e adolescentes que ficavam afastadas do convívio social e familiar. Além disso, muitas crianças sofriam com os abusos físicos e sexuais por parte de outros que ali também estavam recolhidos.

Desde os tempos de Brasil colônia, a pobreza era motivo para castigar e condenar crianças à institucionalização, e condições subumanas. O “progresso” da nação, tão aspirado pela alta sociedade, estaria ameaçado por crianças que não se encaixavam nos padrões sociais. Órfãos e abandonados sempre foram recolhidos a instituições que se diziam “corretivas e disciplinadoras”, mas que na prática eram altamente punitivas. Mesmo sendo vítimas de negligência familiar, as crianças acabavam se tornando também vitimadas pela negligência e repressão estatal.

Dos anos 1980 a 1982 pode-se constatar a falência da FUNABEM, com o saldo de um aumento expressivo da marginalidade, e abandono da infância. Entre 1982 e 1984 há uma busca de alternativas para a solução dessas questões, procurando exemplos de experiências que tenham sido bem sucedidas. Em 1984 é realizado em Brasília o I Seminário Latino Americano de Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua; em 1985 é realizado o I Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua. Fruto da militância de pessoas engajadas com a causa de crianças e adolescentes, fazendo oposição ao conceito de “situação irregular” que era mantido pelo Código de Menores, e base para as ações governamentais direcionadas a esse segmento, é formada, neste período, a Coordenação Nacional do Movimento de Meninos e Meninas de Rua. (VOGEL, 2009)

Em Setembro de 1985, cria-se a Comissão Nacional Criança e Constituinte. Em Outubro é realizado o IV Congresso: O Menor e a Realidade Nacional. Destaca-se, portanto, uma consolidação da articulação entre a sociedade civil e o setor público. (VOGEL, 2009)

2.2 Criança, adolescente e legislação: As conquistas dos direitos nos tempos atuais

Nos finais de 1980, auge da abertura democrática, há uma efervescência na sociedade que manifesta os anseios pela democracia e conquista de direitos. Logo, é nesse período que vão sendo criados novos parâmetros normativos e legais.

Perez e Passone (2009) destacam os anos de 1985 a 2006, citando que nesse período ocorre no Brasil *“a consolidação da sociedade civil em torno da luta por direitos políticos, civis e sociais, e a noção de direitos das crianças e dos adolescentes, que marcaram a década de 1990.”*

Nesses anos destaca-se a criação de alguns marcos regulatórios voltados a população de crianças e adolescentes: Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Adoção da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças (Decreto Legislativo n.28 de 1990); Estatuto da Criança e Adolescente (Lei n. 8069 de 1990); Conselho Nacional dos Direitos da Criança e adolescente (Lei n. 8.242 de 1991); Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Portaria n.458 de 2001); Plano Nacional de Promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes a convivência familiar e comunitária (Resolução n.1 de 2006/CONANDA).

Os autores também citam que nesse período são criados outros marcos regulatórios e legislações que se referem a família. Entre esses está a Política de Assistência Social, que será objeto de estudo dos próximos capítulos.

No plano político-econômico, as mudanças promovidas a partir dos anos 80 do século passado se caracterizaram pelo embate com o neoliberalismo e as transformações do sistema de políticas sociais. O dilema que se estabeleceu para a década de 1990 e para o início do século XXI foi o de conciliar crescimento econômico e combinar a responsabilidade social do Estado/sociedade na formulação, articulação e gestão de políticas públicas, com um cenário de escassez de recursos públicos, de um lado, e demandas por uma democracia social, de outro (PEREZ e PASSONE, 2009).

A Constituição Federal de 1988 que é fruto de uma mobilização histórica em favor da democratização e conquista de direitos, e pouco mais tarde, a promulgação do Estatuto da Criança e adolescente (ECA), traz em si pontos importantes da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas, e aderida pelo Brasil em 26 de Janeiro de 1990.

Deve-se observar que, o que antes era tratado como um problema do “menor”, colocando crianças e adolescentes como provocadores do mal-estar social, foi se transformando, na medida em que se compreendeu que crianças e adolescente são também vítimas do contexto social em que vivem. O descontrole da crescente criminalidade, pobreza e abandono de crianças é reflexo do processo de modernização, industrialização e urbanização nacionais.

A partir de lutas da sociedade civil, a criança e adolescente ganha destaque na Constituição Federal (1988), sendo citada no artigo 227, como um segmento prioritário:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (C. F, 1988 art. 227).

Essa nova compreensão sobre a criança, que a relaciona com os modos de produção e reprodução social também está associada à ideia de proteção à criança e, não mais a condenação ou punição por sua situação de abandono ou marginalidade. É necessário ressaltar a importância dos avanços que essa nova visão, fruto da militância de diversos grupos da sociedade, promove nas mais diversas áreas políticas e regulatórias, em relação à criança e adolescente.

Um dos avanços significativos no campo das legislações para criança e adolescente está na proibição do trabalho infantil, levando em conta que este segmento fora explorado pelo mercado, durante séculos, sem considerar as características peculiares a essa faixa etária. A proibição está inserida na Constituição Federal de 1988 no artigo XXXIII,

Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (C.F., 1988art.XXXIII).

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), voltado a crianças de 7 a 14 anos, tem o intuito retirar as crianças de trabalhos que apresente riscos à segurança dos mesmos. Esse Programa consiste na concessão de uma bolsa mensal para cada filho retirado do trabalho. O programa Contribui no sentido de valorizar a permanência das crianças na escola, ao invés de ir ao mercado de trabalho para trazer sustento a família. Outros programas de transferência de renda, como exemplo, o atual Bolsa Família, instituído pela lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, surge, no Brasil, como forma de dar subsídio as famílias em vulnerabilidade social.

Dentre as condicionalidades para manutenção do benefício está o compromisso familiar de manter as crianças frequentes na escola, e fazendo acompanhamento de saúde. Apesar de todos os debates que essas condicionalidades provocam, as quais citamos: as dificuldades de comunicação

entre saúde, assistência social e educação; o caráter de autoritarismo sobre a família; e a má oferta e qualidade dos serviços públicos; podemos sim considerar o programa como outra alteração legal importante no que tange a proteção integral para crianças e adolescentes na medida em que considera a importância do complemento da renda familiar e a necessidade de acompanhamento de saúde e educação para as crianças e adolescentes.

Dentre as mudanças propiciadas pelos novos parâmetros legais para criança e adolescente, um grande destaque será o da proteção para aquele que cometa ato infracional. De fato, não podendo mais colocar pessoas dessa faixa etária em prisões e ainda, procurando respeitar os direitos humanos, foi lançado um novo olhar legal para esse grupo. No entanto, há até os dias de hoje, 24 anos após a promulgação do ECA, uma grande discussão está em pauta, na sociedade e no meio político, tendo em vista que alguns defendem a punição de menores de 18 anos de idade enquanto outros pensam na reeducação como a melhor saída.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos consagrou inúmeros valores que passaram a ser adotados por diversos diplomas, sistemas e ordenamentos jurídicos. Liberdade, solidariedade, justiça social, honestidade, paz, responsabilidade e respeito à diversidade cultural, religiosa, étnico-racial, de gênero e orientação sexual são os valores norteadores da construção coletiva dos direitos e responsabilidades. Sua concretização se consubstancia em uma prática que de fato garanta a todo e qualquer ser humano seu direito de pessoa humana. No caso dos adolescentes sob medida socioeducativa é necessário, igualmente, que todos esses valores sejam conhecidos e vivenciados durante o atendimento socioeducativo, superando-se práticas ainda corriqueiras que resumem o adolescente ao ato a ele atribuído. Assim, além de garantir acesso aos direitos e às condições dignas de vida, deve-se reconhecê-lo como sujeito pertencente a uma coletividade que também deve compartilhar tais valores. (CONANDA, 2006 p.25)

Portanto, diante desse debate em que, de um lado está a busca por um olhar mais humanizado para crianças e adolescentes infratores, e de outro se encontra uma sociedade amedrontada pelo alto índice de envolvimento de jovens no crime, há uma discussão que coloca o Estatuto da Criança e Adolescente como destaque; ou para sua exaltação e defesa, ou para sua descredibilização e crítica.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), lei Nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, também surge como uma nova perspectiva legal que atenda às necessidades da criança e adolescente de forma humanizada e considerando essa fase como peculiar.

Esta Lei institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

§ 1º Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei (SINASE, 2012 art.1º).

As novas regulamentações, pautadas em princípios que advém de discussões de âmbito internacional, especialmente no período pós 2ª Guerra Mundial, e aderidas pelo Brasil a partir dos fins dos anos 1980, traz uma nova visão da criança, reconhece-a como um sujeito que carece de atenção especial, e especialmente, como um sujeito de direitos. O artigo 227 da Constituição Federal responsabiliza família, estado e sociedade que, em conjunto, devem zelar pelo cuidado com crianças e adolescentes, como dito por Oliveira (2013):

A riqueza deste artigo traz muitas possibilidades de reflexão. Ele sinaliza claramente, nessa expressão, que os direitos da criança e do adolescente são de responsabilidade das gerações adultas. A família, a sociedade e o Estado são explicitamente reconhecidos como as três instâncias reais e formais de garantia dos direitos elencados na Constituição e nas leis. A referência inicial à família explicita sua condição de esfera primeira, natural e básica de atenção.

De fato, a criança está mais amparada legalmente, mas na realidade é constante a violação desses direitos conquistados. Muitas vezes os responsáveis por assegurar esses direitos acabam se tornando seus próprios algozes. O Estado não propicia um acesso com qualidade, igualdade e universalidade a todos os serviços públicos, e muitas famílias não possuem as condições necessárias para o cuidado essencial a criança e adolescente.

Essas alterações legais vêm sendo aprimoradas constantemente, com a conscientização da importância em considerar a criança e adolescente não mais como um ser dependente da vontade adulta. No Estatuto da Criança e Adolescente, houve uma importante alteração com sentido conceitual, referente a expressão *pátrio poder*. Com a lei nº 12.010/ 2009, onde constava a expressão *pátrio poder* houve alteração para a expressão *poder familiar*. Deve-se levar em consideração que a expressão anterior compreende apenas os direitos paternos e concentra esse direito sobre a figura masculina apenas. A alteração da expressão leva em consideração que crianças e adolescentes são sujeitos inseridos socialmente não apenas pela dependência da figura adulta, e nem mesmo estão sob guarda, apenas da figura masculina.

Ainda sobre o artigo 227 da Constituição Federal, Oliveira (2013) nos traz importantes contribuições:

A riqueza deste artigo traz muitas possibilidades de reflexão. Ele sinaliza claramente, nessa expressão, que os direitos da criança e do adolescente são de responsabilidade das gerações adultas. A família, a sociedade e o Estado são explicitamente reconhecidos como as três instâncias reais e formais de garantia dos direitos elencados na Constituição e nas leis. A referência inicial à família explicita sua condição de esfera primeira, natural e básica de atenção.

Por outro lado, cabe ao Estado garantir condições mínimas para que a família exerça sua função, para que não recaia sobre ela toda a responsabilidade e ônus. A palavra assegurar significa garantir, e garantir alguma coisa é reconhecê-la como direito. Reconhecer algo como direito, por sua vez, é admitir que o titular desse direito pode recorrer à Justiça para fazer valer o que a lei lhe assegura (OLIVEIRA, xxxxxxxxxx).

Por fim, fazer valer os direitos conquistados para esse grupo específico - criança e adolescente - envolve a sociedade como um todo, na busca dos direitos humanos e o reconhecimento da prioridade desse grupo, para que as conquistas legais das últimas décadas sejam validas na realidade e no cotidiano.

CAPÍTULO II

CRIANÇA E ADOLESCENTE, RELAÇÕES DE PODER E A VIOLÊNCIA

INTRAFAMILIAR

2.1 Relações de poder e família – A criança dominada

Nada é impossível de mudar

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar

(Bertold Brecht)

Se o reconhecimento da criança como um sujeito de direitos, alvo da atenção conjunta da sociedade em torno do seu bem estar, foi conquistado ao longo dos tempos por meio de diversas lutas, também devemos nos atentar para a posição da criança dentro do ambiente privado – o da família. Desde os séculos mais distantes

até os dias de hoje, o papel da criança no ambiente familiar foi se modificando. Segundo Szymanski (2007 p.53):

A mudança de atitude em relação à criança, no sentido de considerá-la em sua individualidade, ocorre simultaneamente às mudanças culturais associadas à emergência de uma vida urbana mais intensa, no decorrer de um longo período de tempo que tem início no séc. XV.

Nem sempre a criança teve destaque na cena pública ou nos espaços privados. Ao contrário, existem relatos históricos que provam que o infanticídio e o abandono de crianças era algo comum e aceito, por exemplo, na sociedade romana, quando os filhos possuíam deficiências ou não eram desejados (FUNARI, 2004).

Apesar de a criança ganhar maior destaque na família a partir do período urbano industrial, isso não a retirou de sua condição de inferioridade em relação aos adultos. Dentro do espaço privado essa relação ganha proporções maiores, tendo em vista que é o lócus onde estado e sociedade não têm acesso. Consideramos, portanto, que é merecedor de especial atenção observar como se dão as relações de poder na família, mais especificamente na sociedade capitalista que vitima crianças, sendo esse contexto social o que alimenta a exacerbação da vitimização de crianças e adolescentes.

Neste capítulo iremos abordar a questão da vitimação e vitimização como categorias diferentes a ser analisadas, sendo que a vitimação se refere a crianças vítimas da violência estrutural, em que a desigualdade social provoca a violação dos direitos básicos dessas crianças. Já a vitimização se refere a crianças que, sujeitas a vontade de adultos sofrem com agressões de ordem física, sexual, material, psicológica (Azevedo e Guerra, 2007). Entretanto, Saffioti (2007) nos orienta a observar que “tal como o processo de vitimação, o de vitimização tem suas raízes numa ordem social iníqua, na qual as relações sociais são permeadas pelo poder” (p.14).

Não apenas as crianças vitimadas podem ser vitimizadas. No entanto há que se observar que essas crianças que tem seus direitos violados e sofrem com a falta de habitação, educação, saúde, podem estar mais expostas às ruas. Ao mesmo tempo em que essa convivência com os perigos das ruas traz riscos, também pode

lhes propiciar a criação de formas de defesa que outras crianças em condições sociais mais favorecidas, não adquiriram (Saffioti, 2007).

O que se faz importante é compreender que a exploração de crianças e adolescentes está relacionada com a ideia de poder e dominação dos adultos, colocando a criança em uma condição de subalternidade, dependente das vontades do adulto. Nesse sentido as relações de autoridade estabelecidas na sociedade capitalista serão as relações que dominarão o ambiente familiar.

Há de se observar que o modo produtivo do sistema capitalista influencia em todas as esferas da sociedade, e, portanto, influencia também o cotidiano familiar.

A reprodução das relações sociais na sociedade capitalista na teoria social crítica é entendida como reprodução desta sociedade em seu movimento e em suas contradições: a reprodução de um modo de vida e de trabalho que envolve o cotidiano da vida social. (IAMAMOTO, 2009)

Nesse mesmo sentido compreende-se que a criança será dentro da família, um ser subalterno que deve ser “controlado” de acordo com as concepções dos adultos que as dominam. É esse o espaço em que as relações de poder aí estabelecidas poderão gerar um ambiente que ao invés de protetor, será um ambiente agressor.

Deve-se levar em consideração que a família é o espaço de socialização primária da criança e, portanto, terá grande influência na vida da mesma, sendo um espaço que provavelmente permeará o mundo presente e futuro desta criança.

A criança não interioriza o mundo dos outros que são significativos para ele como sendo um dos muitos mundos possíveis. Interioriza-se como sendo o mundo, o único mundo existente e concebível, o mundo tout court. E por esta razão que o mundo interiorizado na socialização primária torna-se muito mais firmemente entrincheirado na consciência do que os mundos interiorizados nas socializações secundárias. (BERGER; LUCKMANN, 2004 p.180)

Logo, este é o espaço em que as crianças criarão suas primeiras impressões que, se construtivas ou destrutivas podem afetar positiva ou negativamente, todo o futuro que lhes está reservado.

Nas relações de dominação estabelecidas nesta sociedade desigual, os detentores do macro poder são uma minoria, que exercem seu poder sobre todos aqueles (muitos) que estão em posição social inferior. No entanto, entre essa grande maioria de dominados as relações cotidianas também são pautadas por divisões hierárquicas. Há que se ressaltar que, em geral, a violência, e a fabricação do medo pode ser a forma de se exercer domínio e poder, portanto, as relações de poder estão muitas vezes ligadas a uso da força para alcançar a submissão de quem se deseja.

Não apenas nas relações de trabalho, mas também na família e outros contextos sociais, existem escalas de poder. Assim sendo, a *síndrome do pequeno poder*, atingirá diversos sujeitos que, procuram usar seu micro poder sobre outros sujeitos. Logo, esta síndrome pode, por exemplo, acometer homens que exercem práticas de autoritarismo sobre mulheres, submetendo-as a uma posição inferiorizada; chefes ou funcionários de nível hierárquico um pouco maior, exercem o poder sobre aqueles que estão hierarquicamente inferiores. Nessa lógica de dominação e submissão, a criança será a última na escala de poder, estando em todos os casos em posição de submissão (Safiotti, 2007).

É portanto, nesta realidade social em que a criança poderá ser vítima da violência de pais e mães, avós, tios, primos, ou de irmãos mais velhos e, muitas vezes, submetidas de tal forma a essas violências que ficam sem ter ao menos a possibilidade de denúncia.

Sabe-se que as configurações familiares são diversas, o que por si só não constitui como um problema para o cuidado com a criança, e nem tampouco as condições materiais de uma família dirão o quanto há de esforço da família no cuidado com a criança. Uma criança pode estar sendo negligenciada em um ambiente familiar em que lhe sobra condições materiais, mas ao mesmo tempo faltam-lhe atenção e afeto por parte da família. A questão estrutural da sociedade nunca deve ser desconsiderada.

Deve-se levar em conta que o problema está em como se dão as relações dentro das famílias e como as crianças estão colocadas dentro dessa organização familiar. Ou seja, não se faz importante se a família é monoparental, ou se a família é composta por laços de afinidade, mas sim, o quanto é preservado o bem estar da

criança. Portanto, forçar laços afetivos com aqueles que entende-se “deveriam” tê-lo, como por exemplo pais ou mães, pode não ser a melhor forma de assegurar o cuidado necessário à criança. Nem sempre os laços sanguíneos serão aqueles que melhor responderão as necessidades da criança.

Sobretudo, os laços familiares não se constituem apenas na relação de pais e irmãos mas, está para além da família nuclear e constituída por laços sanguíneos.

A noção de família define-se, assim, em torno de um eixo moral. Suas fronteiras sociológicas são traçadas segundo o princípio da obrigação, que lhe dá fundamento, estruturando suas relações. Dispor-se as obrigações morais reciprocas é o que define a pertinência ao grupo familiar. A argumentação deste trabalho vai ao encontro da de Woortmann (1987), para quem, sendo necessário um vínculo mais preciso que o de sangue para demarcar quem é parente ou não entre os pobres, a noção de obrigação torna-se central à ideia de parentesco, sobrepondo-se aos laços consanguíneos. Essa dimensão moral do parentesco, a mesma que indiferencia os filhos de sangue e os de criação, delimita também sua extensão horizontal. Como afirma Woortmann (1987), a relação entre pais e filhos constitui o único grupo em que as obrigações são dadas, que não se escolhem. As outras relações podem ser seletivas, dependendo de como se estabeleçam as obrigações mutuas dentro da rede de sociabilidade. Não há relações com parentes de sangue, se com eles não for possível dar, receber e retribuir, enfim, confiar (SARTI, 2007 p.33).

A *vitimização* não é um fenômeno e sim um processo que faz da criança um objeto, sendo, portanto, cerceada sua liberdade e, retirada sua possibilidade de reação. A *vitimação* também não pode ser considerada algo de menor importância.

A desigualdade social, fruto de um sistema econômico e produtivo, excludente por natureza, deve ser considerado como produtor de uma infinidade de problemas que permearão toda a vida da criança. Isso significa que a criança que já não tem um espaço significativo na sociedade - por não estar em sua fase “produtiva” para o mercado de trabalho - o terá menos ainda se for de uma classe social excluída, marginalizada.

Além disso, a violação de direitos da criança e adolescente não pode ser naturalizada. A carência de recursos adequados ao atendimento dos direitos da infância e do ser humano, não pode ser considerada como culpa dela ou de seus familiares. Culpar a criança ou a família por suas condições objetivas de vida não nos permite contribuir com clareza para a garantia de direitos da criança e adolescente.

Não obstante, deve ser motivo de alerta a situação em que diversas crianças vivem dentro das famílias. A relação de dominação própria deste sistema político, produtivo e econômico não está apenas nas relações trabalhistas e políticas, mas está também na família, e deve ser combatida. Para isso é que o ECA responsabiliza família, estado e sociedade. Se houver o estreitamento da relação entre essas três esferas, as possibilidades de enfrentamento a essas violências que ocorrem dentro da família, poderão ser mais fortemente combatidas.

2.2. Violência intrafamiliar– A realidade gritante exposta na mídia brasileira

Em Abril deste ano de 2014, uma notícia ganha destaque na mídia, sendo veiculada por diversos meios de comunicação. Jornais, revistas, rádio, internet e televisão noticiam a morte de mais uma criança, vítima de violência dentro da própria família.

A história chama a atenção da sociedade pois, a criança, Bernardo Boldrini, de apenas 11 anos, era o filho do único cirurgião de uma pequena cidade do Rio Grande do Sul. Família de classe média, composta por um pai médico, a madastra enfermeira e a filha de 1 ano de idade, parece não ser um lócus de crueldade e vitimização de crianças. Isso porque a sociedade dividida em classes sociais, estabelece a convenção de que apenas na classe inferior, entre os pobres, é que acontecem os mais diversos tipos de violência. É como se a condição material fosse determinante no modo como a família trata seus componentes. Como se a pobreza fosse fator que desencadeasse a violência e negligência contra as crianças.

Mas, o que deve nos chamar a atenção não é o fato de ter sido essa uma violência cometida dentro de um núcleo familiar que “não levanta suspeitas” e sim, o fato de ter envolvido o sistema judiciário de proteção à criança e adolescente, antes do acontecimento. O que nos chama a atenção é o fato de o próprio menino ter pedido socorro e mesmo assim ter sido considerado que o pai do menino era capaz de continuar sendo o responsável por Bernardo.

Diante do pai e frente ao juiz, as possibilidades do menino dar uma nova chance ao pai seriam grandes. A relação de pai e filho estabelece, como já vimos, essa relação de dominação e submissão, em que, frente a sua presença, dificilmente a criança conseguiria ter forças para “falar mais alto” e se contrapor ao

pai, mesmo que tendo um histórico longo de violência, que sofria cotidianamente por parte do pai e da madrasta.

Caso Bernardo: menino pediu “nova família” antes de morrer, mas deu chance ao pai

Garoto de 11 anos foi encontrado morto no interior do RS, após desaparecimento

Bernardo Uglione Boldrini, de 11 anos, já era conhecido da promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira desde o fim do ano passado. O menino, que ela descreve como sendo amoroso e afetivo, procurou o Ministério Público para se queixar da ausência do pai, o médico Leandro Boldrini, e das ofensas da madrasta, com quem morava desde a morte da mãe, em 2010.

Antes de receber a visita de Bernardo, a promotora havia tomado conhecimento de que o menino passava por dificuldades em casa por meio de uma assistente social. Após as discussões com a madrasta, Graciele Boldrini, o rapaz ia para casa de amigos, segundo Dinamércia.

— A situação era que o pai não sabia onde o Bernardo estava. Ele ficava na casa dos amigos da família, dos pais dos colegas da escola. O pai nunca sabia onde ele estava. Ele discutia com a madrasta, abria a porta, saía para a rua e pensava: “vou jantar na casa do fulano”. Ia lá, dormia e no outro dia de manhã passava em casa para pegar o material de escola e ir para o colégio.

Cansado do abandono, o menino resolveu procurar ajuda. Sem saber por quem ele foi orientado, a promotora conta que quando já tinha conhecimento do caso, foi surpreendida pela visita do menino.

— Eu perguntei a ele, “mas o que tu vieste fazer aqui?”. Ele me disse: “eu vim te pedir uma nova família”. Depois de cinco minutos de conversa ele estava sentado no meu colo agarrado no meu pescoço, dizendo para mim que ele queria uma nova família, porque ele queria um lar com amor.

A promotora consultou a avó materna do garoto, com quem ele não tinha contato há alguns anos, já que o pai não se dava com a ex-sogra. Jussara Uglione disse que poderia assumir a guarda do neto. Bernardo sugeriu ir para a casa de outra família, amigos dos pais. Mas eles preferiram não se envolver.

Diante da situação, a promotora comunicou o juiz Fernando Vieira dos Santos e uma audiência foi marcada para 11 de fevereiro, com Bernardo e o pai. O médico ficou “estarecido”, segundo a promotora, porque não sabia de tal situação. Ele admitiu que se dedicava mais ao trabalho, mas disse que poderia provar que era um bom pai.

— Ele queria que a Justiça desse uma oportunidade a ele, como médico, sem antecedentes criminais, com respeito na comunidade. Conversamos com o menino e o próprio Bernardo deu uma chance ao pai. Ele disse, “mas eu quero um bichinho de estimação, eu quero que a madrasta não me xingue mais”. Condições bem próprias para a idade dele. E o juiz disse para o pai conversar com a companheira e pedir que ela se comportasse como uma adulta.

Uma nova audiência estava marcada para o próximo mês. Até saber do desaparecimento e da morte, a promotora disse que acreditava que tudo estava melhorando, porque as pessoas comentavam que quase não viam Bernardo na rua.

O caso

O assassinato do menino deixou em choque a pequena cidade de Três Passos, no interior do Rio Grande do Sul. Bernardo era filho do único cirurgião do município, conhecido por muita gente.

Após mais de uma semana desaparecido, a polícia encontrou o corpo dele em um saco, em Frederico Westphalen, a 80 km de distância de onde morava. Uma amiga da família confessou à polícia que ajudou a madrasta no assassinato. Após isso, a polícia pediu a prisão das duas e também do pai. O casal nega participação no crime.
(MELLIS, 2014)

Alguns pontos especiais nesta história devem ser observados. O que podemos considerar ou não como violência? Até que ponto podemos afirmar que está ocorrendo uma violência? A negligência pode ser considerada como um tipo de violência?

Entre os teóricos do assunto não há um consenso sobre o que pode ser caracterizado como violência ou não. No entanto, Azevedo e Guerra (2007) apresentam 4 tópicos para a avaliação do que seja uma violência: *“a) a intenção do agente; b) o efeito do ato sobre quem o recebeu; c) o julgamento de valor de um observador sobre o ato; d) a fonte de critério para o julgamento”* (AZEVEDO e GUERRA, 2007 p.36).

Essas questões são importantes de ser olhadas tendo em vista a diversidade cultural e valores diferenciados que permeiam a sociedade. Exemplo disso são as conversas entre pais, avós, ou outros sujeitos sociais, onde se discute se a “palmadinha” é adequada ou não, em qual parte do corpo da criança é melhor bater, ou qual o instrumento adequado para tal. Cada um irá abordar essa questão de formas diferentes, de acordo com seus valores religiosos, culturais e morais.

Em relação a violência física, Azevedo e Guerra (2007) ressaltam a importância de se atentar para os sinais de sua ocorrência, ainda que mínimos. *“É importante se pensar não só nos casos hoje graves do ponto de vista físico como também naqueles mais simples neste aspecto, mas que poderão se converter em casos sérios amanhã”* (AZEVEDO e GUERRA, 2007 p.38).

A violência que Bernardo relatava, não possuía marcas físicas, mas nem por isso deve ser descaracterizada como violência. É importante que em todos os casos em que existe suspeita de violência não se minimize seus efeitos, mas seja realizado um acompanhamento constante, seja essa violência de ordem física, psicológica ou a negligência.

A definição de negligência de acordo com o dicionário Michaelis é simples *“Falta de diligência; descuido, desleixo. Incúria, preguiça. Desatenção, menosprezo”*. Entretanto, não é tarefa simples para um profissional distinguir quando a criança está sendo negligenciada ou não. Isto porque, além de olhar para os tópicos acima que dizem da intencionalidade, efeito do ato e julgamento do outro, também estão colocadas as questões sociais, concretas e objetivas de vida de cada sujeito.

Muitas vezes a mãe ou pai que cria o filho sozinho(a) poderá não conseguir associar trabalho e cuidado com os filhos e essas condições podem fazer com que a criança fique sozinha em casa, por algumas horas. Em muitos casos, pessoas tomam conhecimento e acionam o conselho tutelar relatando abandono e negligência.

Outra situação a se observar é que crianças passando fome podem estar sendo apenas vitimadas por um sistema social e não vitimizadas por seus pais e/ou responsáveis que segundo o senso comum não se esforçam o suficiente para lhes concederem o alimento. Assim também, uma família rica pode dar todo o sustento às crianças mas não lhes dar afeto nenhum por causa do trabalho que lhes consome todo o tempo. Essas situações têm, portanto, relação direta com as condições objetivas das famílias.

Há que se considerar que em muitos casos, os profissionais de diversas áreas de atuação consideram as famílias pobres incapazes de prover seus filhos por causa de suas condições materiais. Mas, em outros casos as famílias de boas condições materiais são justamente aquelas que não obtêm as condições suficientes para o cuidado de crianças pois, esse cuidado requer mais do que apenas o suprimento das necessidades materiais, tendo em vista outros aspectos que envolvem a atenção à criança.

O artigo 5º do ECA estabelece a negligência junto com outros tipos de violência, deixando claro que a lei deverá regulamentar a punição para esses casos.

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL. ECA, 1990 art.5º)

A negligência portanto, está entre as formas de violência, ainda que, muitas vezes seja desconsiderada como tal. Mas pode ser também entendida como violência psicológica.

O abuso-vitimização psicológica pode assumir duas formas básicas: a de *negligencia afetiva* e a de *rejeição afetiva*. A *negligencia afetiva* consiste numa falta de responsabilidade, de calor humano, de interesse para com as necessidades e manifestações da criança. A *rejeição afetiva* caracteriza-se por manifestações de depreciação e agressividade para com a criança. Por ser muito difícil de detectar, dada sua colocação intensamente subjetiva, costuma-se categorizar como abuso apenas as formas mais graves (extremas) e continuadas de rejeição ou negligencia afetiva (AZEVEDO e GUERRA, 2007 p.41).

O caso de Bernardo é um exemplo de como a voz do adulto está em posição de superioridade à da criança, diante da família, estado e sociedade, e, portanto, diante do sistema judiciário, que apesar de ter avançado significativamente no reconhecimento da criança como sujeito de direitos, ainda não adentra no espaço da família com tanta eficácia, continuando a criança nessa condição de subalternidade.

Mas esta inviolabilidade da família, por parte do estado, é pauta das discussões de diversos teóricos.

Ana Freud, Joseph Goldstein e Albert Solnit nos ensinam que “nem a lei, nem a medicina, nem a ciência tem poderes mágicos e, que não existe consenso social acerca do que constitui a melhor ou pelo menos uma boa solução para todas as crianças”. Considerando que o núcleo familiar tem uma proteção prioritária do Estado e considerando que cabe aos adultos desse núcleo a defesa e a proteção da criança, entendemos porque existe um temor de encorajar o Estado a violar a integridade familiar e neste sentido quando se faz necessária a presença do Estado para defender a criança, ele chega sempre tarde. (JUNQUEIRA, 2007 p.171).

A questão central aqui, que é a criança como o interlocutor de suas próprias necessidades, não será facilmente esgotada pois, depende da superação de uma série de preconceitos que estão colocados na atual sociedade. A supremacia do adulto, especialmente do branco e rico, a inviolabilidade da família devido a generalização de um padrão ideal de família que nem sempre condiz com o real,

propicia uma autoridade para que no espaço familiar diversas atitudes violentas sejam cometidas contra a criança e adolescente.

Para a superação dessa condição que mantém a criança refém das escolhas de outros, em que ela nem sempre será beneficiada, está em pauta a importância de escutar a fala da criança, colocando-a na posição devida de participante ativo de sua própria história.

Paulo (2007) traz contribuições importantes não apenas para educadores, mas a todos profissionais, inclusive das políticas públicas. O “falar a alguém” é muito diferente de se “falar com alguém”. Para isso é preciso se despir da condição de superioridade científica sobre o usuário dos serviços, mas também sobre usuários historicamente ameaçados, mas historicamente ignorados em que se inclui as crianças e adolescentes.

Portanto, para que isso aconteça as equipes multiprofissionais devem estar preparadas para tal, mas sobretudo, cabe ressaltar que é necessário a desconstrução desse modo de compreender a sociedade, superando o conservadorismo nas relações sociais e, vislumbrando uma sociedade pautada na equidade e justiça social, de fato.

2.3 Violência contra criança e adolescente e legislações – Direitos conquistados.

As legislações têm previsto a ocorrência de violência contra criança e adolescente avançando na compreensão da peculiaridade desse segmento e, portanto, tem dado destaque ao assunto em diversos marcos legais. Prova disso são as penas que agravam-se caso a vítima seja criança ou adolescente, como exemplo a Lei 9455 de 07/04/1997, que define os crimes de tortura:

Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental: § 4º Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

II – se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos.

O Artigo 263 do ECA elenca diversos crimes que tem como agravante a vitimização da criança e adolescente:

Art. 263. O Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

1) Art. 121 Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de um terço, se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de catorze anos.

2) Art. 129 Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

§ 7º Aumenta-se a pena de um terço, se ocorrer qualquer das hipóteses do art. 121, § 4º.

§ 8º Aplica-se à lesão culposa o disposto no § 5º do art. 121.

3) Art. 136 Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina:

Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa.

§ 3º Aumenta-se a pena de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de catorze anos.

4) Art. 213 Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos

Parágrafo único. Se a ofendida é menor de catorze anos:

Pena - reclusão de quatro a dez anos.

5) Art. 214

Parágrafo único. Se o ofendido é menor de catorze anos:

Pena - reclusão de três a nove anos. “Sic”

O Estatuto da criança e adolescente abrange a responsabilização daquele que comete violência contra criança e adolescente, em seu artigo quinto, ressaltando que haverá punição para “[...] qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.” Todo esse aparato presente no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) pode ser considerada uma forma importante de colocar a criança e adolescente em cena, não mais na condição de subalternidade às

vontades da família, estado e sociedade, mas sim, sob a proteção dos mesmos. Logo, este aparato legal contribui na reflexão sobre a concepção de superioridade da família como instância suprema e inatingível.

Embora as leis tenham tido um significativo avanço no sentido de considerar a criança como sujeito de direitos, a desigualdade social ainda é motivo de decisões profissionais e jurídicas que desconsideram o quanto a família é também vitimada por uma lógica que não a permite, em muitos casos, prover o que é necessário a criança e adolescente.

O ECA dessacraliza a família a ponto de introduzir a ideia da necessidade de se proteger legalmente qualquer criança contra seus próprios familiares, ao mesmo tempo em que reitera a “convivência familiar” como um “direito” básico dessa criança. É importante destacar esse aspecto por contribuir para a desidealização do mundo familiar, ainda que se saiba que esse recurso legal é frequentemente utilizado para estigmatizar as famílias pobres, definidas como desestruturadas, “incapazes de dar continência a seus filhos”, sem a devida consideração dos filhos no universo simbólico dessas famílias pobres (SARTI, 2003 p. 24).

Logo, colocar a criança em destaque nas políticas sociais, também abrange colocar a família como prioridade, para que, atendidas as necessidades do núcleo familiar, também a criança possa ser beneficiada. No entanto, não se deve desconsiderar que, diante do enfraquecimento dos vínculos familiares, é necessário que, seja pautada a possibilidade de proteção a crianças em que o ambiente familiar é agressor.

A partir de 2003 o Governo Federal cria o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência sexual contra crianças e adolescentes. O Programa está inserido na Secretaria de Direitos Humanos. O disque 100 e o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual, Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR) são os programas disseminados com o intuito de prevenir a violência sexual contra crianças e adolescentes. Além disto, o Decreto 6.231/2007 de 11/10/2007 institui o programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte (PPCAAM).

A lei 13010/2014, sancionada alguns dias após a morte de Bernardo Boldrini, também conhecida como “Lei da palmada” ou “Lei menino Bernardo”, alterou e

acresceu artigos no Estatuto da Criança e Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Por esta lei, o ECA passa a vigorar com o acréscimo dos artigos 18 A, 18B e 70 A:

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se: I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em:

a) sofrimento físico; ou b) lesão;

II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que:

a) humilhe; ou b) ameace gravemente; ou c) ridicularize.

Art. 18-B. Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso:

I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;

II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado;

V - advertência. Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais.

Art. 70-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, tendo como principais ações: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

I - a promoção de campanhas educativas permanentes para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

II - a integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, com o Conselho Tutelar, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

III - a formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

IV - o apoio e o incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

V - a inclusão, nas políticas públicas, de ações que visem a garantir os direitos da criança e do adolescente, desde a atenção pré-natal, e de atividades junto aos pais e responsáveis com o objetivo de promover a informação, a reflexão, o debate e a orientação sobre alternativas ao uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante no processo educativo; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

VI - a promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social e de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Parágrafo único. As famílias com crianças e adolescentes com deficiência terão prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Art. 70-B. As entidades, públicas e privadas, que atuem nas áreas a que se refere o art. 71, dentre outras, devem contar, em seus quadros, com pessoas capacitadas a reconhecer e comunicar ao Conselho Tutelar suspeitas ou casos de maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes (Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014)

Parágrafo único. São igualmente responsáveis pela comunicação de que trata este artigo, as pessoas encarregadas, por razão de cargo, função, ofício, ministério, profissão ou ocupação, do cuidado, assistência ou guarda de crianças e adolescentes, punível, na forma deste Estatuto, o injustificado retardamento ou omissão, culposos ou dolosos (Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014).

A nova lei também alterou o artigo 13 do ECA. Onde antes constava “os casos de suspeita de maus tratos contra criança e adolescente [...]”, passa a vigorar da seguinte forma:

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. (Redação dada pela Lei nº 13.010, de 2014)

A dificuldade de definição do que é considerado violência/agressão ou não, continua acentuada na lei. Mas, como dito anteriormente, para se considerar algo como violência deve-se levar em consideração fatores subjetivos como: a intenção do agente; o efeito do ato sobre quem o recebeu; o julgamento de valor de um observador sobre o ato; a fonte de critério para o julgamento. Logo, a lei traz grandes discussões tendo em vista que pais e responsáveis que consideram a “palmadinha” como uma forma saudável de educação, podem ser responsabilizados como agressores, ficando a critério do julgamento das autoridades competentes. Portanto, a lei ainda está muito aberta ao juízo de valor de cada sujeito.

A discussão sobre a nova lei é extensa por diversos fatores ³, especialmente em relação a efetividade da nova lei, que deixa vaga a própria definição de violência – que como já citado não é tarefa simples - e deixa a critério de julgamentos pessoais. Além disso, se constatados crimes já mencionados acima, as punições já estão presentes no código penal e outras leis. Entretanto, essa nova lei tem uma função diferenciada ao considerar-se a importância do caráter educativo para que pais, responsáveis e a sociedade repensem a forma de educar crianças e adolescentes.

Por fim, lembramos o poema do início deste capítulo que nos alerta a não nos desatentarmos para o que aparentemente é natural, pois nada é impossível de mudar, e nesses tempos em que vivemos, é necessário reafirmarmos o nosso compromisso com a transformação, vislumbrando o novo. A submissão de crianças e adolescente. Não fechemos nossos olhos para as constantes violências que crianças e adolescente ainda sofrem no Brasil.

CAPÍTULO III

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE NA FAMÍLIA

3.1 Proteção de Crianças e Adolescentes Vitimada(o)s e Vitimizadas(O)S

A análise dos seguintes documentos: Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS 1993); Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social (NOB/SUAS 2004); Política Nacional de assistência social (PNAS 2004); teve como objetivo identificar a atenção que os referidos documentos dispensam acerca de crianças e adolescentes, especificamente no que se refere a violências sofridas pelos mesmos dentro da família.

O 2º artigo da LOAS estabelece que o amparo a criança e adolescente carentes é um dos objetivos da assistência social. No artigo 23 da LOAS está prevista a criação de programas de amparo para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. No entanto, a lei não faz mais considerações sobre a violação de direitos da criança e adolescente.

Foi verificado que a NOB/SUAS aborda a violência familiar contra criança e adolescente apenas quando em seu artigo 91, inciso V, destaca que:

Art. 91. Constituem responsabilidades comuns à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios acerca da área de Vigilância Socioassistencial:

V - implementar o sistema de notificação compulsória contemplando o registro e a notificação ao Sistema de Garantia de Direitos sobre as situações de violência intrafamiliar, abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes e trabalho infantil, além de outras que venham a ser pactuadas e deliberadas (BRASIL. NOB/SUAS, 2004).

A PNAS, na proteção básica, destaca a importância de atividades voltadas a crianças e adolescentes em que o vínculo familiar ainda não fora rompido, desenvolvendo “ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças” (BRASIL. PNAS, 2004 p.36).

No que se refere à proteção social especial, o documento reforça a importância da reestruturação dos serviços de abrigamento, em que um dos grupos atendidos seriam crianças e adolescentes que correm riscos em retornar às suas famílias. Também é citada a importância da atenção a “famílias com presença de formas de negligência, maus tratos e violência” (BRASIL. PNAS, 2004 p. 96).

A PNAS também reconhece que a violência familiar pode ocorrer e será motivo de acolhida, ou seja, suprimento de necessidades básicas dos seus membros. A importância de atrelar a política de assistencial social, ao enfrentamento violência sexual em geral contra crianças e adolescentes, está constantemente presente neste documento.

Verifica-se, portanto, que esses documentos pouco especificam questões em que a criança é violentada dentro do espaço familiar. Antes, o foco das ações está centrado na família, e pretende-se atingir a criança por meio desta atenção.

A PNAS não ignora que a instituição social *Família* está imbuída de relações de poder:

Além disso, a que se considerar a diversidade sociocultural das famílias, na medida em que estas são, muitas vezes, movidas por hierarquias consolidadas e por uma solidariedade coativa que redundam em desigualdades e opressões [...] (BRASIL. PNAS, 2004 p.42).

Entretanto, o desafio está em que se considere que essas desigualdades nem sempre poderão ser superadas pelos sujeitos nessa coletividade, sendo necessária a intervenção estatal para a proteção de grupos específicos dentro do arranjo familiar, mas tendo em vista que essa consideração não poderá ser feita depois do agravamento dos problemas, pois significa uma desproteção estatal em relação à criança e adolescente e, grande responsabilização do espaço privado sobre a proteção dos sujeitos.

3.2. A matricialidade sociofamiliar - Considerações sobre a centralidade da família na política de assistência social.

A sociedade se modifica no decorrer da história a partir das transformações no mundo do trabalho, política e economia, transformando padrões, conceitos e costumes, sendo alteradas as instituições sociais, as quais uma delas é a família. A família é o espaço privado onde se dão os relacionamentos de intimidade, afeto, consanguinidade, circulação de bens, e é onde se reproduz a ordem social vigente. Portanto, família é “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade” (PNAS, 2004).

A Política Nacional de Assistência Social tem assumido a importância de centrar suas ações na família que é considerada como a mediadora entre a sociedade e seus membros.

A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (PNAS, 2004 p.41).

A matricialidade familiar tem grande destaque na política de assistência social, tendo em vista que é um dos 11 eixos estruturantes do SUAS, que são eles:

precedência da gestão pública da política; alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários; matricialidade sociofamiliar; territorialização; descentralização político administrativa; financiamento partilhado entre os entes federados; fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil; valorização da presença do controle social; participação popular / cidadão usuário; qualificação de recursos humanos; informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados (NOB /SUAS, 2004,p.16).

Com a adoção do conceito de matricialidade familiar tem-se o intuito de abranger todos seus membros, em que um desses é a criança e adolescente.

Não temos aqui o intuito de ir contra a importância da matricialidade familiar, mas ao contrário, trazer uma reflexão sobre a necessidade de pensar nos problemas que perpassam as famílias, e problemas esses que vão além dos problemas de ordem material, mas, sobretudo, se dão em todas as esferas que envolvem o cotidiano, tendo em vista que o sistema econômico e social não afeta apenas as condições materiais da vida dos sujeitos, mas todas as instâncias que a envolvem.

A atenção para a matricialidade sociofamiliar é um avanço na política social brasileira, na medida em que se desloca o olhar que antes era voltado apenas para o indivíduo para uma visão que remete à importância das relações coletivas cotidianas.

Observar a importância da família no cotidiano social vai além de compreendê-la como um espaço onde se dão relações de afetividade ou subjetividade variadas, mas para sua compreensão deve-se observar que nela também estão contidas relações materiais.

Segundo Teixeira (2009), desde os anos de 1990, no Brasil, ocorre o aumento dos programas de combate à pobreza voltados ou para a família ou para os segmentos mais vulneráveis (em que inclui criança e adolescente). A partir de então passou-se a entender que voltar o atendimento as necessidades da família seria a melhor forma de alcançar os sujeitos, sem que o atendimento se torna-se segmentado e fragmentado.

A política de assistência social reforça o sentido de cuidar da família com o intuito de que a mesma seja fortalecida para cuidar de seus membros. No entanto, sob esta ótica, há contradições e uma concepção idealizada do que seja família, não correspondendo aos problemas que a realidade cotidiana das famílias pode propiciar para os seus membros.

Assim, há sempre o reforço das funções da família; ajudá-las a cuidar de seus membros é a tônica do texto; é o que é esperado, independente de seus formatos ou modelos, de sua condição de vulnerabilidade ou risco, das condições materiais e subjetivas de vida, a função de cuidadora\socializadora. Portanto, conceitualmente, não se tem centralidade na família para independentizar os indivíduos e a família de papéis tradicionais, criando, em função disso, uma rede de serviços públicos que geram autonomização de seus membros, da vizinhança, da parentela, inclusive com serviços domiciliares de cuidados e socialização de crianças, adolescentes, jovens e idosos – membros que requerem maior atenção dos familiares e demandam mais cuidados – para diminuir a carga horária de trabalho doméstico das mulheres. Antes, ao contrário, fornecem serviços para reforçar as tradicionais funções da família, de proteção social, aumentando a dependência dos indivíduos da família e exigindo-se delas mais responsabilidades e serviços, como condição para poder ter acesso a algum benefício ou serviço público; responsabilidades que, geralmente, recaem sobre as mulheres. (TEIXEIRA, 2009 p.259).

Essa idealização de uma família protetora e cuidadora, pode não ser a ideal tanto por questões subjetivas ou afetivas que não se desenvolvem entre seus membros, quanto por questões materiais e objetivas que os membros não conseguem superar por causa de condições que vão além de seus esforços, mas são, antes, reflexo de condições estruturais.

Quando se deixa de lado a compreensão de que a sociedade capitalista provoca diversos conflitos nas relações sociais (sendo necessária a intervenção estatal para o enfrentamento das expressões da questão social) está havendo uma contribuição para o conservadorismo.

Não se pode dizer também que a política cria funções de reprodução social para a família, já que está sempre a desempenhá-las, bem ou mal, com conflitos ou em cooperação. Mas, sem dúvida, a política naturaliza, perpetua e incentiva sua permanência no âmbito doméstico, privado (TEIXEIRA, 2009 p. 259).

A centralidade na família, ao valorizar o fortalecimento dos vínculos familiares, visando prover meios para seu próprio sustento, pode ser um aspecto importante para o atendimento das demandas de sujeitos que compõem a família mas, também pode ignorar as especificidades dos membros que a compõem. Como ressaltado por Teixeira (2009) a matricialidade familiar pode desconsiderar a autonomia dos seus membros, ao passo em que os tornam dependentes das condições familiares. Ainda segundo a autora, essa concepção da política poderá recair nas famílias de forma conservadora no sentido de culpabilizar as famílias, e dentro delas especialmente as mulheres, pela dificuldade no cuidado com seus membros.

A interferência mínima do Estado, para que a família enfrente as expressões da questão social, não é o suficiente para atender as multiplicidades das famílias, e a desigualdade, diferenciação e hierarquização presente nas famílias. Esta interferência estatal, proposta na política de assistência social está muito atrelada a concepção neoliberal de *estado mínimo* em que o mesmo só irá atuar com o mínimo possível nas políticas sociais.

É nesse sentido em que as famílias podem ser responsabilizadas pela falta de cuidado com seus filhos, pois pode ser compreendido que as condições para tal estão sendo suficientemente supridas à família. Mas na realidade, a família ainda enfrenta os problemas em relação a administrar emprego e cuidado com as crianças. Por outro lado também, as famílias que vitimizam crianças podem também, de acordo com essa concepção idealizada de família, ser consideradas um ambiente adequado apenas pelo fato do núcleo estar conseguindo se manter com o apoio dos serviços de assistência social.

Além disso, não pode ser desconsiderado nesta discussão, que a política de assistência social, por si só, não poderá possibilitar o acesso da família a todos os recursos necessários para seu desenvolvimento, mas, antes, as demais políticas também devem estar interligadas de forma a atender a família integralmente.

Conforme reforçado por Teixeira (2009, p.261):

As famílias, especialmente as mais pobres, para manter-se enquanto unidades familiares, precisam não de novas responsabilizações e contrapartidas implícitas ou explícitas, mas de serviços dirigidos a elas, alternativos e substitutos parciais das suas funções, por períodos diurnos, enquanto os provedores ou a provedora lutam pela sobrevivência do grupo familiar.

Pensar a forma como se aborda a centralidade da família está longe de ser uma discussão esgotada pois, nos espaços sócio ocupacionais estão em jogo visões profissionais e sociais diferenciadas.

De acordo com Miotto (2010) o trabalho com famílias pode estar sendo orientado por uma “proposta familista ou protetiva”. A proposta familista pressupõe, a visão de responsabilização de família e mercado pelo suprimento das necessidades dos sujeitos e, portanto o Estado teria o papel de entrar no momento em que essas duas instâncias já não respondem bem a tais necessidades. Já, na proposta protetiva, o Estado tem o dever de arcar com as necessidades dos sujeitos antes que seus direitos sejam violados.

Logo, a proposta protetiva colabora no sentido de que o Estado esteja presente constantemente, tendo o intuito de contribuir com a família na superação das dificuldades cotidianas, interferindo mais ativamente para que a criança seja protegida integralmente, desviando-se da concepção de responsabilizar a família como um locus inatingível único que possa garantir a proteção de crianças e adolescentes. Compreendemos que, nesta perspectiva, o papel do estado não é apenas o de transferência de renda às famílias, mas, principalmente, propiciar acesso de qualidade aos serviços de saúde, educação, cultura, habitação, etc.

As políticas sociais não devem servir como “*tapa buracos*”, antes, deve haver integração entre as mesmas para que a proteção social seja alcançada de forma a atender o conjunto da população.

Nesse sentido, buscar a proteção social da família requer uma presença constante do Estado no âmbito familiar, no sentido de garantir o direito de todos os seus componentes. Ademais, tal proteção tem o sentido de não desconsiderar as especificidades dos sujeitos que compõem o núcleo familiar.

Além disto, quando se trata do assunto de família, temos a tendência de recorrer aos nossos ideais e experiências, pois está ligado fortemente a nossa subjetividade. Corre-se o risco, portanto, de colocar sobre ela nossos julgamentos de valor. Mas, o trabalho com essas famílias exige que a consideremos por si, de acordo com aquilo que a família tem a dizer sobre si.

Pode-se pensar a noção de família como uma “categoria nativa”, ou seja, de acordo com o sentido a ela atribuído por quem a vive, considerando-o como um ponto de vista. Embora nunca estejamos inteiramente seguros de que o que atribuímos ao outro corresponde ao que ele atribui a si mesmo – dificuldade inerente as relações intersubjetivas –, pode-se ao menos buscar uma abertura tendo em vista essa aproximação.

Pretende-se sugerir, assim, uma abordagem de família como algo que se define por uma história que se conta aos indivíduos, ao longo do tempo, desde que nascem, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios, e que será por eles reproduzida e resignificada, à sua maneira, dados os seus distintos lugares e momentos na família. Dentro dos referenciais sociais e culturais de nossa época e de nossa sociedade, cada família terá uma versão de sua história, a qual dá significado a experiência vivida. Ou seja, trabalhar com famílias requer abertura para uma escuta a fim de localizar os pontos de vulnerabilidade, mas também os recursos disponíveis (SARTI, 2007 p.26).

A tarefa de lidar com famílias exige um método adequado para que não fique no âmbito de julgamentos morais e pessoais, mas, deve sim, ter a compreensão da complexidade das relações sociais. Para tal é necessário observar a totalidade, considerando que o concreto se dá a partir de diversas determinações. O concreto, que olhamos não é somente o que olhamos, mas está ligado a diversas subjetividades.

Logo, a proteção à criança e adolescente terá maior cuidado quando se atentar para as condições em que vários desses sujeitos tem vivido, estando a

sombra da família, sujeitos às decisões, desejos e vontades de adultos. Nessa perspectiva, somente com a superação da ideia conservadora de que a família é sempre a família idealizada, acolhedora e protetora, é que poderá a atuação do profissional seguir uma proposta em que a criança e adolescente tenham protagonismo.

O protagonismo da criança e adolescente no contexto dos planejamentos governamentais, na criação de leis, e no acesso a serviços públicos, deve ser pensado tendo em vista que a criança é membro da família, mas não é toda ela e possui suas especificidades quando inserida nesse espaço. É, portanto, necessário compreender que a família ainda é um espaço em que a criança não assume papel de protagonismo, tendo em vista que não toma decisões ou não contribui para o suprimento material/econômico do núcleo familiar.

Enfim, a defesa de um pensamento que supere a visão conservadora de culpabilização do indivíduo e da família e, a superação da visão que segrega os grupos que não compõem a “classe produtiva” para o capital, exige que se atente para que cada família seja compreendida não como o único espaço responsável pela proteção da criança e adolescente, mas como mais um espaço a contribuir nesta proteção. Ou seja, a proposta de um trabalho com famílias deve estar afastado da ideia familista, que joga o peso da desproteção, e da falta de recursos sob a família e especialmente sob a mãe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se há alguns séculos as crianças eram desconsideradas como sujeitos importantes e prioritários na agenda pública, hoje, a pretensão da política de assistência social é atingi-las através do alcance de sua família – palco das primeiras experiências vividas pelos sujeitos.

As hipóteses levantadas foram confirmadas, quando por meio da análise dos principais documentos da política de assistência social, foi possível verificar que pouco se menciona a questão da violência intrafamiliar mas, são desviados muitos esforços em fortalecer a família para que os sujeitos que a compõem sejam fortalecidos. Essa perspectiva pressupõe que a família seja um ambiente acolhedor para todos os que a compõem.

No entanto, o conceito de família como ambiente acolhedor faz parte de uma concepção idealizada de família, que a coloca como instância provida de imensa harmonia, desconsiderando assim, que as contradições de uma sociedade excludente também afetam as relações estabelecidas dentro da família.

É nesse contexto, portanto, em que a atuação de profissionais do serviço social irá exigir criticidade para que as ações profissionais sejam constantemente avaliadas e reavaliadas na busca de forma que visem atender com mais eficiência às camadas vulneráveis da população.

Portanto, buscamos aqui propor reflexões sobre a discussão de família e criança e adolescente dentro das políticas sociais, especialmente a política de assistência social.

Ao profissional assistente social cabe não desconsiderar o que a família tem a dizer sobre si. Assim, estará sendo fidedigno ao projeto profissional, no sentido de não entrar na família com atitudes e superioridade, pois:

É vedado ao assistente social:

- a) Exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses (BRASIL. Lei. 9662/03 Código de Ética do Assistente Social).

Nessa perspectiva, ao profissional assistente social não cabe julgar mas, ouvir todos os membros que compõem esse espaço, em que um deles é a criança.

É notório que não se trata de entrevistar crianças com o sentido de retirar delas o máximo possível para criminalizar seus pais. O que se pretende é que, a criança seja considerada como um sujeito vulnerável, que pode ser vitimado tanto por um sistema social excludente, quanto por pessoas que motivados pela ideologia desse sistema, assumem o discurso hierárquico, de poder e dominação com o uso da violência.

É necessário um acompanhamento das famílias sem idealizações, compreendendo que é um campo de constantes conflitos e contradições, podendo ser também um campo de desproteção aos segmentos mais vulneráveis.

Nesse sentido, família, Estado e sociedade devem estar em conjunto com o objetivo de proteger a criança e adolescente integralmente, sem que se desloque a responsabilidade para apenas uma das partes.

Portanto, cabe ao Estado uma atuação que se dê junto a família, não no sentido policaresco, mas sim, no sentido de buscar junto a família soluções para os sujeitos que as compõem e, antes que não haja mais possibilidade de intervenção (como nos casos que culminam em mortes), é necessário que seja feito um acompanhamento que vise a proteção dos membros do núcleo familiar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. C. de; COUTINHO, I. J. S. S. **80 anos do Código de Menores. Mello Mattos: a vida que se fez lei.** Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1673, 30 jan. 2008. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/10879>. Acesso em: 19 Set. 2014.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, Viviane Nogueira Azevedo. **Vitimação e vitimização: questões conceituais.** In: OLIVEIRA, Adalberto Bolleta [et.al]. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 2007.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade: **tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8662/1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 10 Out. 2014.

_____. **Constituição Federal do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 Jun. 2014.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. ECA. Lei 8.069,13 de Julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 Jul. 2014.

_____. Ministério da Casa Civil. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8742 de 7 de Dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm. Acesso em: 21 Agos. 2014.

_____. Ministério da Casa Civil. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 19 Set. 2014.

_____. Ministério da Casa Civil. **Lei nº 13.010 de 26 de junho de 2014**. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm. Acesso em 24 Agos. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Disponível em: www.mds.gov.br/backup/arquivos/pnas_final.pdf. Acesso em: 05 Jul. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **PNAS 2004/ Norma Operacional Básica NOB/SUAS. 2005**. Disponível em: www.mds.gov.br/.../Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social. Acesso em: 08 Jul. 2014.

CONANDA. **Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e do Adolescente**. Disponível em: <http://pndh3.com.br/geral/conanda-conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente/>. Acesso em: 28 Jul. 2014.

FREIRE, P. **Pacientes impacientes**. In: Caderno de educação popular e saúde Brasil. MDS. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: MDS, 2007. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_educacao_popular_saude_p1.pdf. Acesso em: 15 Agos. 2014.

FUNARI, P. P. A infância em Roma, não tão distante de nós. 2004. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/infancia-roma-nao-tao-distante-nos-433851.shtml>. Acesso em: 30 Set. 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: Serviço Social Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: ABEPS/CFESS, 2009

JUNQUEIRA, L. **Aspectos sócio jurídicos na intervenção**. In: OLIVEIRA, Adalberto Bolleta [et.al] Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 2007.

MELLIS, F. **Caso Bernardo: menino pediu “nova família” antes de morrer, mas deu chance ao pai**. R7 Notícias. [s.l.]. 17 abr. 2014. Disponível em: <http://noticias.r7.com/cidades/caso-bernardo-menino-pediu-nova-familia-antes-de-morrer-mas-deu-chance-ao-pai-29082014>. Acesso em: 01 Nov. 2014.

MIOTO, R. C. **Família, trabalho com famílias e serviço social**. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 12, n. 2, p.163-176, Jun. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7584/6835>. Acesso em 01 Set. 2014.

OLIVEIRA, H. H. de. Proteção integral da criança e do adolescente é responsabilidade de todos. 2013. Disponível em: <http://m.congressoemfoco.uol.com.br/opiniaocolumnistas/protecao-integral-da-crianca-e-do-adolescente-e-responsabilidade-de-todos/>. Acesso em: 21 Set. 2014.

OLIVEIRA e SILVA, M.L. **Entre proteção e punição: o controle sociopenal dos adolescentes**. São Paulo: Unifesp, 2011.

PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000200017&lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2014

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Cortez, 2008.

SAFFIOTI, H. **A síndrome do pequeno poder**. In: OLIVEIRA, Adalberto Bolleta. [et al]. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 2007.

SARTI, C. A. **Famílias enredadas**. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (orgs.). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2009.

SEDA, E. Infância e sociedade: **terceira via**. Campinas: Adêz, 1998.

SOUZA, A. S. A. de. Código de Menores x ECA: Mudanças de Paradigmas. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/servicos/biblioteca/codigo-de-menores-x-eca-mudancas-de-paradigmas>>. Acesso em: 20 Set. 2014.

SZYMANSKY, H. **Ser criança: um momento do ser humano**. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007.

TEIXEIRA, S. M. **Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar**. Revista Políticas Públicas, São Luis, v. 13, n. 2, p.255-264, dez. 2009. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/19>. Acesso em 05 Set. 2014.

VOGEL, A. **Do Estado ao Estatuto. Propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo**. In: RIZZINI, I., Pilotti, F (Orgs.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.